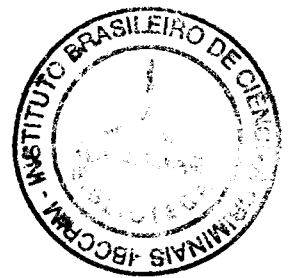


ORGANIZADOR: ANDREI KOERNER

**HISTÓRIA DA JUSTIÇA
PENAL NO BRASIL:**
pesquisas e análises



3962



IBCCRIM

SÃO PAULO
2006

© Desta edição – IBCCRIM

Produção Gráfica: Método Editoração e Editora Ltda.

Fone: (11) 3289-1366 – Fax: (11) 3262-4729

Capa: Lili Lungarezi – lililungarezi@uol.com.br

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises / organizador
Andrei Koerner. São Paulo: IBCCRIM, 2006 (Monografias; 40)

Bibliografia

1. Direito penal – Brasil – História. I. Koerner, Andrei. II. Série.

06-4286.

CDU 343.2(81)(09)

ISBN 85-99216-10-4

ISBN 978-85-99216-10-1

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM)

Rua 11 de agosto, 52, 2.º andar

CEP 01018-010 – São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (xx 55 11) 3105-4607 (tronco-chave)

<http://www.ibccrim.org.br> — e-mail: monografia@ibccrim.org.br

Tiragem: 4.300

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS

Impresso no Brasil – Printed in Brazil

2006

IBCCRIM – Diretoria para o biênio 2005/2006

Diretoria executiva

Presidente

Maurício Zanoide de Moraes

1.º Vice-Presidente

Maria Thereza Rocha de Assis Moura

2.º Vice-Presidente

Sérgio Mazina Martins

1.º Secretário

Tatiana Viggiani Bicudo

2.º Secretário

Theodomiro Dias Neto

1.º Tesoureiro

Roberto Maurício Genofre

2.º Tesoureiro

Ivan Martins Motta

**Comissões especiais –
Presidentes**

Convênios

Mariângela Lopes Neistein

Estudos e Debates

Carmen Sílvia de Moraes Barros

História

Rafael Mafei Rabelo Queiroz

Monografias

Angélica de Maria Mello de Almeida

Seminário Internacional

Carlos Vico Mañas

Coordenadores – chefes dos Departamentos

Biblioteca

Cleunice Valentim Bastos Pitombo

Boletim

Mariângela Gama de Magalhães Gomes

Cursos

Carlos Alberto Pires Mendes

Estudos e Projetos Legislativos

Maria Elizabeth Queijo

Internet

Luis Fernando Camargo de Barros Vidal

Relações Internacionais

Marina Pinhão Coelho

Revista Brasileira de Ciências Criminais

Paula Bajer Fernandes Martins da Costa

Iniciação Científica

Juliana Sinhorini Nahum

Pós-Graduação

Alvíno Augusto de Sá

Redes Internacionais

Flávia D'Urso

Núcleo de Pesquisas

Renato Sérgio de Lima

Coordenadores Estaduais

Adeildo Nunes (PE), Adelino Marcon (PR), Ana Beatriz Baraúna Lopes (AM), Carmen da Costa Barros (DF), Daniela Carvalho Almeida da Costa (SE), Edmundo Oliveira (PA), Elmir Duclerc (BA), Fabio Roberto D'Avila (RS), Fabio Trad (MS), Fabiola Monteconrado Ghidalevich (AM), Felipe Augusto Forte Negreiros Deodato (PB), Felipe Cardoso M. de Oliveira (SC), Fernando Luiz Ximenes Rocha (CE), Flávio Augusto F. de Lima (PE), Franciele Silva Cardoso (GO), Francisco Sales Neto (CE), Guilherme Costa Câmara (PB), João Guilherme Lages Mendes (AP), Lena Rocha (RN), Liliane Cristina de Oliveira (MG), Luiz Antonio Bogo Chies (RS), Marcelo Leonardo (MG), Maria de Salete da Costa Maia (AC), Maria Lúcia Karam (RJ), Marta Saad (DF), Mauricio Kuehne (PR), Nizardo Carneiro Leão (PE), Oswaldo Trigueiro Filho (PB), Patrícia de Sá Leitão e Leão (CE), Paulo Vinicius Sporleder de Souza (RS), Pedro Colaneri Abi Eçab (RO), Selma P. de Santana (BA), Themis Maria Pacheco de Carvalho (MA), Vinicius de Toledo Piza Peluso (Baixada Santista) (Regional), Walter B. Bittar (PR).

Comissão de Monografias Jurídicas – 2006

monografia@ibccrim.org.br – www.ibccrim.org.br

Presidente

Angélica de Maria Mello de Almeida

**Membros da Comissão de
Monografias**

Alexandra Lebelson Szafir

Ana Lúcia Menezes Vieira

Andrei Koerner

Cláudio do Prado Amaral

Flávia Schilling

Flávio Américo Frasseto

Rafael Ramia Muneratti

Wânia Pasinato Izumino

10.º Concurso de Monografias Jurídicas – 2006

Presidente

Andrei Koerner

Membros da Comissão do Concurso de Monografias
Benedito Roberto Garcia Pozzer, Edson Luís Baldan, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, José Henrique Rodrigues Torres, Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Tadeu Antonio Dix Silva, Vinicius de Toledo Piza Peluso

Suplentes

Angélica de Maria Mello de Almeida, David Teixeira de Azevedo, Flávio Américo Frasseto, Luis Antonio Francisco de Souza, Luis Fernando Camargo de Barros Vidal, Roberto Maurício Genofre

Parceristas convidados

Fernando Salla, Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró, Helena Singer, Maira Rocha Machado, Marcos Alexandre Coelho Zilli, Paula Bajer Fernandes Martins da Costa

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência e cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar; WEFFORT, F.; BENEVIDES, M. (org.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981. p. 31-58.
- REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Edusp, 2004.
- REISS, Albert J.; BORDUA, David J. Environment and organization: a perspective on the police. In: BORDUA, John Wiley. *Police: six sociological essays*. NYC, 1967. p. 26-28.
- WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção de um tipo ideal. *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- WILSON, James Q. *Political organizations*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

Fontes primárias

- AEL (Arquivo Edgard Leuenroth). *Boletim das classes dirigentes*. Coleção Ibope, 1953.
- AESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Acervo DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). Dossiê 50-D-18, pastas 5, 8, 9; dossiê 50-Z-30 pastas 3, 4, 6; dossiê 50-H-031, pasta 2.
- AHAL (Acervo Histórico da Assembléia Legislativa). *Anais da Assembléia Legislativa*, 1947. v. 1.
- FORÇA PÚBLICA. *Regulamento disciplinar*. São Paulo: Quartel General Tipografia, 1963.
- MP (Museu de Polícia – Polícia Militar). *Militia*, 1947; 1948; 1962.
- SSP (Secretaria da Segurança Pública). *Relatório da Polícia de São Paulo do ano de 1947*. São Paulo, 1948.

A PESQUISA SOBRE AS PRISÕES: UM BALANÇO PRELIMINAR

FERNANDO SALLA

Mestre e doutor em sociologia (FFLCH/USP). Pesquisador sênior do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP).
Publicou *As prisões em São Paulo: 1822-1940* (Annablume-Fapesp, 1999).

SUMÁRIO: 1. Introdução – 2. Os primeiros estudos – 3. Da ditadura à redemocratização – 4. A produção acadêmica mais recente – 5. Sete desafios – 6. Observações finais – 7. Referências bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto faz um balanço preliminar dos estudos acadêmicos sobre as prisões, na área das Ciências Sociais, no Brasil. Não se trata de um levantamento exaustivo da literatura já elaborada, mas apenas de uma reflexão sobre o perfil dessa produção, discutindo os avanços e obstáculos na conformação da área prisional como foco de interesse no meio acadêmico. O texto sustenta que as questões relacionadas às prisões, desde o século XIX, pouco interesse despertaram junto aos estudiosos de outras áreas além do Direito e em parte da Medicina associada à Criminologia. Mesmo com a formação de cursos de Ciências Políticas e Sociais a partir dos anos 1930, as questões relativas às prisões não motivaram estudos acadêmicos. Os primeiros estudos específicos sobre essas

questões surgiram apenas nos anos 1970, mas é no curso da redemocratização do País, na década seguinte, que se avolumaram as preocupações da universidade com as prisões. A manutenção de uma situação de crônica crise na área de segurança pública, incluído o sistema prisional, fez com que os estudos sobre este, embora numericamente baixos, se consolidassem na esfera das ciências sociais. No início dos anos 2000, há um verdadeiro *boom* de dissertações e teses sobre temas relacionados à prisão em comparação com a modesta mas regular produção da década anterior. O texto ainda discute as principais características dos estudos prisionais mais recentes, suas tendências e os maiores desafios para o próprio campo da pesquisa nessa área.

2. OS PRIMEIROS ESTUDOS

Durante boa parte do século XIX a reflexão sobre o mundo das prisões no Brasil foi bastante modesta e fortemente marcada pela produção oriunda do campo jurídico. Um exemplo importante dessa reflexão é o trabalho de Antonio Herculano Bandeira Filho (1881), que debateu as limitações das penas adotadas no Código Criminal de 1830 e colocou como questão central para o seu aperfeiçoamento a ampliação do uso da pena de prisão. Muito do que se conhece sobre as prisões no Brasil naquele período foi elaborado por comissões de inspeção àqueles estabelecimentos ou pelos relatórios governamentais, especialmente os do Ministério da Justiça. No final do século XIX essa área de reflexão começou a ser objeto de interesse também dos médicos, sobretudo os que transitavam pelas novas disciplinas compostas pela Antropologia e Criminologia. A Criminologia teve papel importante na articulação de diferentes campos do saber, como o Direito, a Antropologia, a Medicina, a Sociologia. Em boa medida, é ela que proporciona o aparecimento de diversos trabalhos de juristas e médicos como Tobias Barreto, Cândido Motta, Paulo Egydio de Oliveira Carvalho, Evaristo de Moraes, Lemos Brito, Aurelino Leal, Viveiros de Castro, Nina Rodrigues, Leonídio Ribeiro, Oscar Freire, Franco da Rocha, Heitor Carrilho (Souza, 2005; Alvarez, 2003).

É necessário lembrar que essa produção de reflexão sobre as questões penais e mesmo prisionais não estava sendo gerada no próprio território acadêmico, ou só em alguns casos. Consistia muito mais numa produção voltada para o debate político, para a polemização de questões doutrinárias no sentido legal, do que um amadurecimento de um campo reflexivo e claramente delimitado no âmbito dos cursos superiores. Exemplos marcantes desse perfil são as obras de Evaristo de Moraes (1923), Paulo Egydio (1896) e Cândido Motta (1895 e 1910) e sobretudo a de Lemos Brito (1924, 1933 e 1943). Lemos Brito (1924) fez um dos mais completos balanços da situação prisional no Brasil no início dos anos 1920. Seu trabalho foi apresentado para o Ministério da Justiça como um relatório. Em certa medida dava continuidade aos documentos produzidos no século XIX sobre a situação das prisões reunidos nos relatórios oficiais do Ministério da Justiça. De qualquer forma, a produção desse período sobre as prisões não estruturava uma reflexão específica no acanhadíssimo meio acadêmico que existia no Brasil até os anos 1930.

Talvez se possa dizer, também, que muito da produção sobre as questões prisionais nas primeiras décadas do século XX fosse a expressão das inquietações dos agentes diretamente envolvidos com a gestão do aparato de controle social, em particular a polícia e as prisões. Muitos dos operadores (diretores de instituições, delegados, membros do *staff* administrativo e técnico) são ao mesmo tempo os intelectuais que procuravam sistematizar e publicizar suas idéias. É o caso da reunião deles em torno da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia, criada em 1921 em São Paulo, que publica a revista *Archivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo*. Da mesma forma, na Penitenciária do Estado, por exemplo, em São Paulo, é criada a *Revista Penal e Penitenciária* para servir de veículo aos estudos realizados pelo Instituto de Biotipologia Criminal (1941). Ou ainda da produção presente nos artigos da revista *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo* (Ferla, 2005).

A criação ou expansão de cursos superiores depois dos anos 30 (além dos existentes na área do direito e medicina) fomentou a especialização dos campos de conhecimento, mas mesmo assim não foi suficiente no curto e médio prazos para despertar uma

produção propriamente acadêmica (calcada em pesquisa que segue procedimentos teórico-metodológicos), significativa, qualitativa e quantitativamente, sobre temas prisionais. Em São Paulo, por exemplo, as primeiras gerações que se formam na Escola de Sociologia e Política de São Paulo ou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, pouquíssimo interesse tiveram com as questões relacionadas ao mundo do crime, às questões penais e especificamente ao ambiente prisional. Continuavam os juristas, por dever de ofício, assim como os médicos e criminologistas, a se debruçar sobre aquelas questões.

Nesse sentido, é interessante notar que nos EUA desde a década de 30 diversos autores (Clemmer, 1940; Weinberg, 1942; Hayner e Ash, 1939) vinham se interessando por essas questões, e especialmente nos anos 50, quando ocorre um forte movimento de rebeliões nas prisões norte-americanas, surgem trabalhos clássicos, como o de Gresham Sykes (1958) e o de Erving Goffman (1961). No Brasil, no entanto, a agenda da produção acadêmica nas ciências sociais vai permanecer quase que exclusivamente ligada às questões da dissolução das comunidades rurais, da industrialização e desenvolvimento urbano, das relações raciais (Miceli, 1989).

3. DA DITADURA À REDEMOCRATIZAÇÃO

Uma intensificação na reflexão sobre as questões penais e sobre o mundo das prisões veio à tona na década de 1970 em meio a uma crise crônica que vinham apresentando as instituições de controle social e também em meio ao debate voltado para a reforma do Código Penal de 1940 e dos preparativos para a elaboração da Lei de Execução Penal. Livros que marcaram época foram os de Augusto Thompson (1976), Percival de Souza (1977), Manoel Pedro Pimentel (1978), Marina Marigo Cardoso de Oliveira (1978), entre outros. Todos esses trabalhos foram relevantes para o debate e para pautar a agenda de reflexão sobre as questões prisionais naquele período.

No campo propriamente acadêmico, no início dos anos 1970, na esfera das ciências sociais, apareceu um trabalho pioneiro, voltado para a presença das forças policiais em São Paulo no século

XIX e começo do XX, realizado por Heloísa Fernandes (1973). Pouco tempo depois, sobre a temática prisional, era publicado o igualmente pioneiro trabalho sobre a Casa de Detenção de São Paulo, produzido no âmbito da Antropologia, que é o de José Ricardo Ramalho (1979). Foi defendido como dissertação de mestrado em Antropologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e inaugurava um campo de pesquisa que vai muito lentamente se constituir. Seu trabalho permanecerá uma referência importante, mas durante um bom tempo isolado. Um pouco depois, também no campo da Antropologia, Ricardo Cusinato (1982) analisou a penitenciária de Araraquara no interior de São Paulo.

No Rio de Janeiro, Julita Lemgruber apresentou em 1976 seu trabalho sobre a Penitenciária Talavera Bruce, que foi publicado em 1983. Essa obra, também produzida como dissertação de mestrado, além de se colocar ao lado de Ramalho como uma das pioneiras no meio acadêmico, tinha ainda a novidade de analisar uma penitenciária feminina. Também no Rio de Janeiro, Elça Mendonça Lima (1983) fez um estudo sobre as origens daquele mesmo presídio. Talvez este seja um dos raros trabalhos que se debruçaram sobre a administração de presídios femininos por ordens religiosas, numa experiência "proto-histórica" de privatização no gerenciamento das prisões no Brasil. Em São Paulo, Vitor Garcia-Toro (1982), também na área da Antropologia, produziu um estudo pioneiro sobre as mulheres presas na Penitenciária Feminina da Capital. E, ainda no campo da reflexão inovadora sobre as mulheres, foi publicado em 1983 (mas apresentado como dissertação de mestrado em Direito em 1980) o texto de Maud Fragoço Perruci (1983) sobre a condição das mulheres encarceradas em Pernambuco.

Houve, portanto, no início da década de 1980, certa ampliação dos estudos sobre as prisões. A razão desse movimento está associada, ao que parece, a dois aspectos. Ao lado de todo o debate sobre a reforma do Código Penal e a elaboração da Lei de Execução Penal (Leis 7.209 e 7.210, de 1984), o País vivia o processo de redemocratização, e as instituições de controle social passaram a ser alvo de interesse para o debate público. O conhecimento sobre o sistema policial, o sistema penitenciário e

as práticas existentes nessas instituições ganharam interesse também do meio acadêmico.

Trabalhos importantes foram produzidos por pesquisadores que muitas vezes participavam direta ou indiretamente dos processos de redefinição das políticas de segurança pública naquele período. Nessa direção, em São Paulo merecem ser lembrados os trabalhos de Paulo Sérgio Pinheiro (1981; 1983), Maria Soares de Camargo (1984), Rosa Maria Fisher e Sérgio Adorno (1987), Vinicius Caldeira Brant (1986), Antonio Luiz Paixão (1987; 1988), Edmundo Campos Coelho (1987), Odete Oliveira (1984), Luís Carlos da Rocha (1984), Maria Dora Evangelista (1983), Wanda Capeller (1985), João Baptista Herkenhoff (1987) e da Fundação João Pinheiro (1984). Parte dessa produção já revelava que as temáticas relacionadas à área de segurança, e em particular aquelas específicas sobre o sistema prisional, começavam a se transformar em trabalhos acadêmicos. A livre-docência de Rosa Maria Fisher (1989) e alguns dos trabalhos de Sérgio Adorno (1989, 1991) consolidaram naquele momento um espaço para a reflexão acadêmica sobre questões prisionais.

Nesse sentido, novas políticas penitenciárias implantadas a partir da redemocratização do País nos anos 1980 provocaram fortes reações conservadoras nos sistemas de segurança pública dos Estados e deram margem ao aparecimento do pioneiro trabalho acadêmico sobre rebeliões prisionais com a dissertação de Eda Góes (1991). Em 1990, era defendida a tese de Geraldo Ribeiro de Sá (publicada em 1996) sobre as funções da pena privativa de liberdade, no campo das ciências sociais. Um pioneiro estudo sobre a presença de grupos criminosos organizados dentro das prisões foi apresentado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na área do Serviço Social ainda em 1990 (Goldman, 1990).

O tema do trabalho no interior das prisões e o debate no início dos anos 1990 sobre as perspectivas de privatização dos presídios também provocaram o surgimento da dissertação *O trabalho penal* (Salla, 1991). No campo do direito, o tema da privatização foi abordado por Luís Flávio D'Urso (1996). Essa questão foi atualizada e trabalhada multidisciplinarmente em 1997 com a tese de doutorado na área do Direito de Laurindo Dias Minhoto (2000).

4. A PRODUÇÃO ACADÊMICA MAIS RECENTE

Assim, no início dos anos 1990, embora estivesse consolidado o campo de reflexão acadêmica sobre as questões prisionais, o volume dessa produção era bem modesto. O Banco de Teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que acumula informações desde 1987 até o final de 2004, revela que a produção de dissertações e teses, ao longo dos anos 1990, nas áreas da Ciência Política, Sociologia, Antropologia Social, Psicologia, Serviço Social, se manteve estável, embora baixa numericamente (menos de dez por ano em todo o Brasil, incluindo o campo do Direito). Essa produção, no entanto, recebeu um forte incremento a partir de 2000.¹

A regularidade na produção ao longo dos anos 1990 dos estudos produzidos na universidade sobre questões prisionais e depois seu considerável aumento nos anos 2000 estiveram associados a dois fatores. Em primeiro lugar, a instável situação da área de segurança pública no País com o aumento da criminalidade, as deficiências do aparato de repressão e as taxas crescentes de encarceramento mantiveram em destaque a agenda dos debates sobre as rebeliões, a superlotação, a violência, a tortura, o papel da prisão na sociedade, sobre a sua capacidade de controle sobre o crime e sobre as perspectivas de reintegração dos presos à sociedade. Em segundo lugar, a produção de alguns professores entre os anos 1980 e 1990, e sua atuação em torno do tema em fóruns acadêmicos, revelava a disponibilidade de quadros especializados e estimulava o aparecimento de novos estudantes interessados na área que passavam a contar com orientadores para os seus trabalhos.

Do início dos anos 1990 a 2004, esses trabalhos apresentam focos de interesse bastante variados.² Há dissertações e teses sobre a *educação* nos presídios, como os trabalhos de Manoel Rodrigues

¹ Para fazer o levantamento utilizei como palavras-chave: penitenciária, prisão, sistema penitenciário.

² Os trabalhos mencionados a seguir são apenas ilustrativos dos temas abordados no período de 1987 a 2004 catalogados pela Capes. Não há qualquer avaliação de mérito tanto sobre os mencionados como também em relação aos trabalhos não citados nessa brevíssima relação.

Português (2001), Cláudia Regina Vaz Torres (2004) e Jhones Macario da Silva Muneymne (2004). Há outros que se voltaram para temas relacionados ao próprio campo de atuação dos profissionais do *Serviço Social* nas prisões, como por exemplo os de Terezinha de Jesus B. S. Maior Borges (1991) e Andréa Almeida Torres (2001). A *dinâmica das relações* no seio da população encarcerada também chamou a atenção de alguns pesquisadores como José Eduardo Azevedo (1997), Osvaldo Rosa Valente (1998) e Maria Isabel Pojo do Rego (2004). Os *agentes penitenciários* e sua atuação vêm se constituindo objeto de estudo de diferentes áreas de pesquisa com trabalhos como os de Rosalice Lopes (1998), Ana Silvia Furtado Vasconcelos (2000) e Alethéa Vollmer Saldanha (2004). A área da *saúde mental* também provocou o surgimento de alguns trabalhos como os de Deborah Pierini Cidade (1997) e Karla Mathias de Almeida (1998). A presença cada vez mais acentuada de *mulheres* nas prisões brasileiras estimulou os trabalhos de Maria Auxiliadora César (1995) e Rute Bernardo Pinto (2004). Programas de *trabalho* dos internos também foram focos de preocupação com a produção de Ilton Aparecido de Assis (2003) e de Hilderline Câmara de Oliveira (2004). Foram ainda feitos alguns *levantamentos históricos*: Regina Pedroso (1995), Salla (1997), Gláucia Tomaz de Aquino Pessoa (2000), Viviani Poyer (2000), Rita de Cássia Ribeiro Pedroso (2003).

Em geral, não são publicadas as teses e dissertações produzidas na universidade sobre esses temas. São exceções alguns dos trabalhos já mencionados acima como o de Ramalho (1979) e Lemgruber (1983).

5. SETE DESAFIOS

A constante turbulência encontrada na área de segurança pública no Brasil, expressa no aumento da criminalidade, no sentimento de medo e insegurança na população, no perfil da atuação da polícia, nas taxas crescentes da população encarcerada, vem mantendo aceso o debate público sobre tais temas. Ao mesmo tempo, alguns desafios podem ser colocados para a produção acadêmica sobre o campo prisional para que ela possa melhor

contribuir para o debate público e para a formulação de políticas específicas para essa área.

1. Talvez o desafio de fundo, e que tem importância sobre os demais, diz respeito ao tratamento teórico dos trabalhos acadêmicos sobre as prisões. Pode-se dizer que a produção teórica nessa área tem tido pouca criatividade no Brasil. Mais se reproduzem as orientações teóricas clássicas, como a de Michel Foucault, a de Erving Goffman, do que se tenta elaborar alguma formulação nova e que contemple os desafios do contexto nacional. São bem poucos os trabalhos voltados para uma nova abordagem teórica (Koerner, 2006). Em geral, os trabalhos utilizam os principais referenciais teóricos sem avançar no debate sobre a sua capacidade ou não de dar respostas aos materiais empíricos levantados.

2. Há o desafio de pensar a ação governamental na área prisional em articulação com as demais políticas públicas implementadas no País. Cabe definir os contornos assumidos pelas políticas públicas em geral, mas igualmente estabelecer as especificidades que a área apresenta. É curioso que as reflexões no mundo acadêmico sobre políticas públicas em sua maior parte não façam qualquer referência à área da segurança pública (Reis, 2003; Arretche, 2003; Souza, 2003) e muito menos ao campo específico das políticas para as prisões.

A análise das políticas públicas tem como objeto o Estado em ação, os “programas governamentais, particularmente suas condições de emergência, seus mecanismos de operação e seus prováveis impactos sobre a ordem social e econômica” (Arretche, 2003). Assim, não se produziu ainda para as políticas de segurança e em particular as direcionadas para as prisões análises que se voltem para essas três dimensões: os fatores que interferem na sua formulação; como são implementadas tais políticas pelos órgãos responsáveis e ainda quais os resultados ou o impacto dessas políticas. Nem foram feitas análises que estabelecessem padrões de comparação entre as políticas públicas em geral e as específicas para as instituições do sistema de justiça criminal.

Um outro aspecto desse horizonte limitado de análise das políticas públicas no Brasil é apresentado por Marcus André Melo

(1999), que aponta que ao longo dos anos 1990 cresceu a preocupação com a verificação da intervenção pública, que se revelou, entre outras coisas, no debate sobre a participação da sociedade civil na agenda das políticas públicas. No entanto, parece que a área da segurança pública apresenta certas particularidades em relação a esse debate, onde a participação da sociedade civil é fortemente rejeitada pelas agências que integram o sistema de justiça criminal assim como pelos seus operadores. Pelo menos para as décadas mais recentes, enquanto outras áreas fomentam o engajamento de novos atores políticos, e inclusive redesenham as ações em função de uma busca de eficácia, num movimento *bottom-up*, as políticas de segurança são flagrantemente negociadas em processos políticos de acesso restrito e que colocam como desafio para a análise desse setor o contorno das resistências burocráticas e políticas presentes nas agências governamentais.

3. Quase que de forma complementar ao ponto anterior pode-se dizer que a produção acadêmica indicada acima vem tratando as prisões como objeto de análise segmentado. Embora sejam instituições sob controle do Executivo, estão diretamente articuladas no seu funcionamento com a esfera do Judiciário, do Ministério Público e mesmo do Legislativo. Os reflexos horizontais das ações de cada poder ou instância sobre as prisões ainda não receberam a devida atenção. Da mesma forma que pouco se avançou na compreensão dos efeitos recíprocos das políticas públicas nessa área entre as esferas do Poder Federal, Estadual e Municipal. Assim, por exemplo, sabe-se muito pouco sobre os impactos da implantação de unidades prisionais nos espaços municipais; não se analisou ainda o tipo de relação política estabelecida pela distribuição de recursos financeiros por parte do Governo Federal para os Estados.

Uma abordagem que ultrapassasse o gueto prisional poderia discutir por que as políticas na área de segurança, e em particular aquelas voltadas para o sistema prisional, assim como as práticas institucionais que ali predominam, continuam a apresentar traços autoritários, são opacas quanto a sua concepção, decisão e implementação. Ao mesmo tempo, uma abordagem mais ampliada poderia interrogar as razões da acentuada ausência de processos de avaliação de resultados dessas políticas.

Campo fértil para a pesquisa, nesse sentido, é também observar os sistemas penitenciários em meio ao perfil do funcionamento geral do Estado. Não se avançou muito na análise, por exemplo, do insulamento das elites burocráticas, como forma de resistência às interferências políticas e resguardo das competências técnicas de áreas específicas. Como aponta Melo (1999, p. 84), esse insulamento seria garantido, entre outros fatores, pelo isolamento decisório e pelo recrutamento meritocrático. Faltam ainda estudos nessa direção para a área da segurança pública, entendida aqui como as agências do Poder Executivo (polícias, instituições de controle social, sistema penitenciário), do Poder Judiciário e do Ministério Público. Todas essas agências indicam fortes traços desse insulamento burocrático que se realimenta da capacidade de decidir sobre inúmeros procedimentos no âmbito da gestão e funcionamento da própria instituição, assim como tecem mecanismos de reprodução das condições de permanência desse insulamento. Os processos de seleção e ingresso nas carreiras dessas instituições, além do aspecto meritocrático (sobretudo no Poder Judiciário e Ministério Público), se fundam em procedimentos pouco transparentes ou fortemente influenciados pelas práticas corporativistas afinadas menos com uma racionalidade técnica e mais com a cultura político-administrativa. Outro aspecto dessa questão é a capacidade decisória e a dimensão da implementação efetiva das políticas e decisões adotadas. Parece claro que na área da segurança não só essa capacidade é atravessada por alguma fragilidade como as decisões são efetivamente diluídas em burocracias corporativistas que implementam seletivamente as ações e programas que não provoquem a recomposição das formas de atuação específicas da instituição.

4. A produção acadêmica sobre as prisões no Brasil ainda é bastante "provinciana". São praticamente inexistentes os estudos comparados sobre o Brasil ou algum Estado com outros contextos históricos e sociais que se assemelhem. Sempre se buscou informação sobre os sistemas prisionais de países europeus ou mesmo dos Estados Unidos, que de certa forma apresentam condições socioeconômicas muito distintas da brasileira. Porém, sempre na direção de fontes de inspiração para as políticas locais e menos

no sentido de referenciais para comparação. Não são levados em conta os países latino-americanos, por exemplo, que mesmo tendo suas peculiaridades não deixam de ter pontos importantes de convergência com a situação do Brasil. Essa ausência de estudos comparados enfraquece a reflexão sobre as tendências que o País vem apresentando nas políticas penais. Tudo sugere que o Brasil em boa medida reproduz uma tendência no sentido do encarceramento mais acentuado nas últimas décadas, mas não se tem elementos de comparação com os países latino-americanos, os países europeus e mesmo asiáticos. Perguntas importantes podem surgir dessas comparações: como e por que os ritmos do crescimento são mais velozes em alguns países do que em outros; por que se estabilizam as taxas de encarceramento em determinados países e em outros não; como e em que situações as condições de encarceramento se degradam ou não; quais desafios se colocam na gestão do cotidiano prisional num ou noutro país?

5. Os trabalhos identificados acima têm ainda um forte viés monográfico no sentido de estudos específicos em relação ao tema e pontuais em relação ao período cronológico. A produção da universidade entre 1990 e 2004 voltou-se, por exemplo, para as questões relacionadas à educação, à eficácia de programas de trabalho ou educacionais, à saúde, à análise de unidades prisionais específicas, às questões de gênero etc. São raros os trabalhos, como os de Fisher e Adorno (1987) e Salla (1999 e 2003) e Pedrosa (1995), que se aventuraram a interpretações de longo prazo, que procuraram, por exemplo, verificar as tendências das políticas penitenciárias por períodos mais largos. É lógico que trabalhos mais analíticos demandam a sistematização de fontes e documentos, a produção de monografias, mas ao mesmo tempo servem de referencial interpretativo para os estudos sobre temas específicos.

6. Embora venha sendo produzida uma quantidade considerável de estudos prisionais a partir dos anos 2000, que necessariamente têm implicado uma diversidade de assuntos abordados, a agenda de tais trabalhos é ainda “tradicional”. Discute-se o papel do trabalho ou da educação na ressocialização dos presos, o trabalho de técnicos junto às populações encarceradas, entre outros. São contribuições importantes para se adensar essa área com

pesquisas que permitam pensar diferentes contextos e elaborar comparações. Mas ainda são muito grandes as lacunas na agenda de pesquisa. São bem poucos, por exemplo, os estudos sobre as relações de poder entre a administração e os presos; sobre o processo de construção de identidades entre os presos que permite a formação de gangues e outros grupos que disputam o poder dentro e fora das prisões; os movimentos de revolta, como as fugas, as rebeliões; as ligações do espaço prisional com o espaço exterior na reprodução de economia do crime; as prisões como espaços de reprodução das hierarquias sociais (presos de classe média e das elites que ficam em locais especiais tanto na condição de provisórios como também quando condenados); as taxas crescentes de mulheres encarceradas e as condições dos presídios femininos e sua dinâmica interna; a presença das mulheres no crime organizado dentro e fora das prisões etc.

7. É reconhecida a precariedade de fontes e de informações de boa qualidade na área da segurança pública no Brasil. Essa é uma dificuldade que atinge muitas vezes a qualidade dos trabalhos produzidos pela universidade. Os sistemas penitenciários no Brasil ainda geram dados estatísticos sem regularidade e de qualidade insatisfatória, dificultando a construção de análises comparativas e de longo prazo. Há um desafio importante para a universidade que é conseguir gerar informações confiáveis, através dos próprios estudos desenvolvidos, ainda que de alcance limitado. Outro exercício importante diz respeito à capacidade de se estabelecer cruzamentos dessas informações com aquelas contidas nas fontes e documentos oficiais (dados estatísticos e material qualitativo, entrevistas e em alguns casos mais observação participante ou algum recurso que permita alcançar informações que não estejam disponíveis ao pesquisador através dos meios mais comuns).

6. OBSERVAÇÕES FINAIS

Esse balanço preliminar da produção acadêmica sobre as questões prisionais no Brasil sugere a necessidade de um mapeamento mais aprofundado de toda a reflexão nessa área, sobretudo aquela realizada nas duas últimas décadas. A universidade tem

papel importante para o debate público e para a formulação das políticas públicas. A consolidação dos estudos sobre questões prisionais nesse território pode, nesse sentido, ser de grande valia.

Além das teses e dissertações que se avolumaram a partir dos anos 2000, há uma considerável produção de artigos e estudos isolados que devem ser identificados e analisados. Essa é uma tarefa ainda difícil num país que dispõe de poucas ferramentas de indexação de suas revistas acadêmicas e que ainda tem um acervo bem limitado de periódicos de acesso eletrônico para o público especializado e para os interessados em geral.

Cabe, também, num mapeamento mais aprofundado a ser feito, identificar a contribuição de outros centros produtores e veiculadores de estudos sobre as questões prisionais, mesmo que independentes da universidade, como é o caso do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) ou do Instituto Latino-americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio F. Prisões, violência e direitos humanos no Brasil. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Direitos humanos no século XXI*. Brasília: Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1998.
- _____. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo – 1974-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(9):70-94, fev. 1989.
- _____. Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. *Revista USP*, 9:65-78, mar.-maio 1991.
- ADORNO, Sérgio F.; BORDINI, E. B. T. A prisão sob a ótica de seus protagonistas – Itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social*, 3(1-2):7-40, 1991.
- ALMEIDA, Karla Mathias de. *Metáforas de uma pena capital* – Um estudo sobre a experiência prisional e suas relações com a saúde mental de presidiárias. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva. UFBA, 1998.

- ALVAREZ, Marcos C. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil*. São Paulo: IBCCrim, 2003.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51):7-9, 2003.
- ASSIS, Ilton Aparecido de. *O trabalho prisional: o objetivo inalcançado da ressocialização do condenado*. Mestrado em Direito. UnB, 2003.
- AZEVEDO, José Eduardo. *A penitenciária do Estado: análise das relações de poder na prisão*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Unicamp, 1997.
- BANDEIRA FILHO, Antonio Herculano de Souza. *A questão penitenciária no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de J. D. de Oliveira, 1881.
- BORGES, Terezinha de Jesus B. S. Maior. *A prática do serviço social na instituição penitenciária*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. UFPE, 1991.
- BRANT, Vinicius C. (coord.). *O trabalhador preso no Estado de São Paulo*. Relatório de pesquisa encaminhado à Funap. Cebrap, 1986.
- BRITO, Lemos. A reforma penitenciária do Brasil. *Revista de Direito Penal*, 3(1):3-32, 1933.
- _____. Evolução do sistema penitenciário brasileiro nos últimos 25 anos. *Revista Penal e Penitenciária*, 3(1-2):31-95, 1943.
- _____. *Os sistemas penitenciários do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924 e 1925. 3 v.
- CAMARGO, Maria Soares de. *Terapia penal e sociedade*. Campinas: Papirus, 1984.
- CAPELLER, Wanda. O direito pelo avesso: análise do conceito de ressocialização. *Temas IMESC. Soc. Dir. Saúde*. São Paulo, 2(2):127-134, 1985.
- CÉSAR, Maria Auxiliadora. *Exílio da vida: o cotidiano de mulheres presidiárias*. Dissertação de mestrado em Política Social. UnB, 1995.

- CHIES, Luiz Antonio Bogo (coord.). A prisionalização do agente penitenciário: um estudo sobre encarcerados sem pena. *Cadernos de Direito*. Universidade Católica de Pelotas, n. 6, 2001.
- CIDADE, Deborah Pierini. *Recluso*: um estudo psicológico em penitenciária de segurança máxima. Mestrado em Psicologia. PUC-RS, 1997.
- CLEMMER, Donald. *The prison community*. 2. ed. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1958; 1. ed. 1940.
- COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo*: crises e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Iuperj, 1987.
- CUSINATO, Ricardo. *O espaço da penitenciária de Araraquara*. Dissertação de mestrado em Antropologia. São Paulo: USP, 1982.
- DIAS, Rachel Carvalho Pereira S. S. *A maternidade na prisão*. Dissertação de mestrado em Direito. Universidade Cândido Mendes, 2003.
- D'URSO, Luis Flávio B. *A privatização dos presídios*. Dissertação de mestrado em Direito. São Paulo: USP, 1996.
- EGYDIO, Paulo. Cartas sobre a reforma penitenciária. *Ensaio sobre algumas questões de direito e de economia política*. São Paulo: J. G. d'Arruda Leite Editor, 1896. p. 161-205.
- EVANGELISTA, Maria Dora R. *Prisão aberta*: a volta à sociedade. São Paulo: Cortez, 1983.
- FERLA, Luis Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida*: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). Doutorado em História. São Paulo: USP, 2005.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e segurança*: Força Pública do Estado de São Paulo, fundamentos histórico-sociais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.
- FISHER, Rosa Maria. *Poder e cultura em organizações penitenciárias*. Tese de livre-docência. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da USP, 1989.
- FISHER, Rosa Maria. ABREU, Sérgio França Adorno de. *Análise do sistema penitenciário do estado de São Paulo*: o gerenciamento da marginalidade social. Relatório de pesquisa. São Paulo: Cedec, 1987.

- GARCIA-TORO, Victor I. *Estudo da reincidente*. Tese de doutorado em Antropologia. São Paulo: USP, 1982.
- GÓES, Eda M. *A recusa das grades*: rebeliões nos presídios paulistas, 1982-1986. Dissertação de mestrado. Assis: Unesp, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974. 1. ed. em inglês, 1961.
- GOLDMAN, Sara Nigri. *O crime organizado nas prisões*: sua trajetória e o seu rebatimento no serviço social do Desipe. Tese de doutorado em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *O trabalho e os dias*: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.
- HAYNER, Norman S.; ASH, Ellis. The prisoner community as a social group. *American Sociological Review*, v. 4, n. 3, p. 362-369, 1939.
- HERKENHOFF, João B. *Crime, tratamento sem prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- KOERNER, Andrei. O impossível "Panóptico Tropical-Escravista": práticas prisionais, disciplina escravista e discurso penal no Brasil do século XIX. *Lua Nova*, n. 68, 2006. (No prelo.)
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Achiamê, 1983.
- LIMA, Elça Mendonça. *Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro*: o período das freiras (1942-1955). Rio de Janeiro: OAB, 1983.
- LOPES, Rosalice. *Atualidades do discurso disciplinar*: a representação da disciplina e do disciplinar na fala dos agentes de segurança penitenciária. Dissertação de mestrado em Psicologia escolar e do desenvolvimento humano. São Paulo: USP, 1998.
- MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999. v. 3, p. 59-99.
- MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989. v. 1.

- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação João Pinheiro. *Caracterização da população prisional*. Minas Gerais e Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Fund. João Pinheiro, 1984. (mimeo.)
- MINHOTO, Laurindo Dias. *Privatização de presídios e criminalidade: a gestão da violência no capitalismo global*. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- MIOTO, Armida B. A violência nas prisões. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, 17(66):273-292, abr.-jun 1980.
- _____. Participação da comunidade no tratamento dos condenados. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, 12(46):93-110, abr.-jun. 1975.
- MORAES, Evaristo de. *Prisões e instituições penitenciárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Liv. Ed. Cons. Cândido de Oliveira, 1923.
- MOTTA, Candido N. N. *A justiça criminal na capital do Estado de S. Paulo* – Relatório apresentado ao Dr. Procurador geral em 31 de dezembro de 1894. São Paulo: Typ. a Vapor Espindola, Siqueira & Comp., 1895.
- _____. A nova penitenciária da capital de São Paulo. Relatório da comissão julgadora dos projectos apresentados ao governo do Estado. *São Paulo Judiciário*, 23(89-92):176-195, 1910.
- _____. *Classificação dos criminosos: introdução ao estudo do direito penal*. São Paulo: Est. Graphico J. Rossetti, 1925.
- MUNEYMNE, Jhones Macario da Silva. *A educação de jovens e adultos no sistema penitenciário de Manaus: estudo de caso na cadeia pública* Desembargador Raimundo Vidal Pessoa. Dissertação de mestrado em Educação. Ufam, 2004.
- NEDER, Gislene. Em nome de Tântatos. Aspectos da história do sistema penitenciário no Brasil. *Cadernos Ceuep*, Rio de Janeiro: Centro Unificado de Ensino e Pesquisa, n. 1, 1993.
- OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. *O trabalho do apenado e o processo de reinserção no mercado de trabalho*. Mestrado em Serviço Social. UFRN, 2004.
- OLIVEIRA, Odete M. *Prisão: um paradoxo social*. Florianópolis: UFSC-Ass. Legislativa do Est. de Santa Catarina, 1984.
- PAIXÃO, Antonio L. Crime, controle social e consolidação da democracia: as metáforas da cidadania. In: REIS, F. W.;

- O'DONNELL, G. (org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice/Ed. Tribunais, 1988. p. 168-199.
- _____. *Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez/Aut. Assoc, 1987.
- PEDROSO, Regina Celia. *Os signos da opressão: condições carcerárias e reformas prisionais no Brasil – 1890-1940*. Dissertação de mestrado em História Social. Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1995.
- PEDROSO, Rita de Cássia Ribeiro. *Treze anos estou contando nas grades da correção – Um estudo em memória dos “infelizes sentenciados” da Casa de Correção de Porto Alegre, 1896-1913*. Dissertação de mestrado em História. PUC-RS, 2003.
- PERRUCCI, Maud F. A. *Mulheres encarceradas*. São Paulo: Global, 1983.
- PESSOA, Glaucia Tomaz de Aquino. *Trabalho e resistência na penitenciária da Corte (1850-1876)*. Mestrado em História. UFF, 2000.
- PIMENTEL, Manoel Pedro (org.). Ensaio sobre a pena. *Separata da Rev. da Faculdade de Direito da USP*, 1974. v. LXIX (fasc. II).
- _____. *Prisões fechadas, prisões abertas*. São Paulo: Cortez e Morais, 1978.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Escritos indignados: polícia, prisões e política no Estado autoritário*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PINTO, Rute Bernardo. *Mulheres no sistema penitenciário: criminalidade, punição e gênero*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Marília: Unesp Marília, 2004.
- PORTUGUÊS, Manoel Rodrigues. *Educação de adultos presos: possibilidades e contradições da inserção da educação escolar nos programas de reabilitação do sistema penal do Estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado em Educação. São Paulo: FE/USP, 2001.
- POYER, Viviane. *Penitenciária estadual da Pedra Grande*. Um estudo sobre a política de combate à criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945. Dissertação de mestrado em História. UFSC, 2000.

- RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- REGO, Maria Isabel Pojo do. *Sobreviver na prisão: relações informais e clientelistas*. Dissertação de mestrado em Sociologia. UnB, 2004.
- REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51):11-14, 2003.
- ROCHA, Luis Carlos da. *Vidas presas*. Uma tentativa de compreender a tragédia da criminalidade junto a seus personagens oprimidos. Dissertação de mestrado em Psicologia. São Paulo: USP, 1984.
- SÁ, Geraldo Ribeiro de. *A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade*. Rio de Janeiro: Diadorim/Edufjf, 1996.
- SALDANHA, Alethéa Vollmer. *Relações de violência e existência no trabalho do agente penitenciário*. Dissertação de mestrado em Ciências Criminais. PUC-RS, 2004.
- SALLA, Fernando. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 1999.
- _____. Novos e velhos desafios para as políticas de segurança pública no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 43:349-361, 2003.
- _____. *O encarceramento em São Paulo: das enxovias à Penitenciária do Estado*. Tese de doutorado em Sociologia. FFLCH/USP, 1997.
- _____. *O trabalho penal: uma revisão histórica e as perspectivas frente à privatização das prisões*. Dissertação de mestrado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1991.
- _____. Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. *Lusotopie*, 2003:419-435.
- SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51):15-20, 2003.

- SOUZA, Luis Antonio F. de. Criminologia, direito penal e justiça criminal no Brasil: uma revisão da pesquisa recente. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, 59:81-105, 2005.
- SOUZA, Percival. *A prisão: histórias dos homens que vivem no maior presídio do mundo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- SYKES, Gresham M. *The society of captives: a study of a maximum security prison*. New Jersey: Princeton University Press, 1974; 1. ed. 1958.
- THOMPSON, Augusto F. G. *A questão penitenciária*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *Quem são os criminosos?* Rio de Janeiro: Achiamê, 1983.
- TORRES, Andréa Almeida. *Direitos humanos para presos? – Desafios e compromisso ético e político do Serviço Social no sistema penitenciário*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. PUC-SP, 2001.
- TORRES, Cláudia Regina Vaz. *Desconstruindo a identidade de "criminoso(a)": o significado das ações educativas no sistema penitenciário*. Dissertação de mestrado em Educação. UFBA, 2004.
- VALENTE, Osvaldo Rosa. *O ponto de vista de satã e o poder institucional: pessoalização e individualização no cotidiano dos presos de Salvador*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. UFBA, 1998.
- VASCONCELOS, Ana Silvia Furtado. *A saúde sob custódia: um estudo sobre agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro*. Mestrado em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 2000.
- WEINBERG, S. Kirson. Aspects of the prison's social structure. *The American Journal of Sociology*, v. 47, n. 5, p. 717-726, 1942.